



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Avaliação Técnica de Projeto (ATP)

**Projeto Estrutural – Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em
Belém/PA**



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

Sumário

1. OBJETO.....	3
2. OBJETIVO	3
3. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.....	4
4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	4
4.1. Edificação Principal.....	4
4.2. Edificações Anexas	5
4.3. Características Estruturais Relevantes	6
5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	6
6. ESCOPO DOS SERVIÇOS	7
6.1. Avaliação de Conformidade Normativa	7
6.2. Avaliação Técnica dos Projetos Estruturais	8
6.3. Verificações Estruturais	8
6.4. Avaliação Estrutural em Situação de Incêndio	8
6.5. Diretrizes conforme a RECOMENDAÇÃO ABECE 002:2015.....	9
6.6. Diretrizes para revisão e compatibilização BIM	9
7. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES, PERIODICIDADE E RESPONSÁVEIS	11
7.1. ESTRUTURA DO RELATÓRIO FINAL DA ATP.....	11
7.2. PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO.....	12
7.3. QUADRO-RESUMO DE ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO ABECE Nº 002:2015....	13
7.4. RELATÓRIO DA EVOLUÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES	15
7.5. QUADRO-RESUMO DE CONCLUSÃO	15
7.6. CRONOGRAMA	16
7.7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	17
8. PARTICIPAÇÕES NAS REUNIÕES.....	18
9. OBSERVAÇÕES GERAIS.....	19
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração da Avaliação Técnica de Projeto (ATP), com a finalidade de verificar a conformidade técnica, normativa, de segurança estrutural, desempenho e durabilidade dos projetos básicos e executivos, desenvolvidos em metodologia BIM, das estruturas de fundações, concreto armado, concreto protendido e estruturas metálicas, referentes à construção do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA, situado na Avenida Júlio César, s/nº, esquina com a Avenida Brigadeiro Protásio, Bairro Souza, CEP 66.617-420.

2. OBJETIVO

O objetivo da presente contratação é a realização da Avaliação Técnica de Projeto (ATP) dos projetos estruturais da construção do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA, visando verificar a conformidade técnica, normativa e de segurança das estruturas de fundações, concreto armado, concreto protendido e estruturas metálicas, desenvolvidas em metodologia BIM.

A ATP tem por finalidade assegurar que os projetos atendam plenamente às exigências das normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR 6118:2023 e a Recomendação ABECE nº 002:2015, bem como às normas relativas à segurança contra incêndio e ao Tempo Requerido de Resistência ao Fogo (TRRF).

A Avaliação Técnica de Projeto (ATP) visa:

- ✓ **Validar a Segurança Estrutural:** Identificar precocemente eventuais erros de cálculo, falhas conceituais ou subdimensionamentos que possam comprometer a estabilidade da edificação.
- ✓ **Garantir a Conformidade Normativa:** Assegurar o pleno atendimento à ABNT NBR 6118:2023 (estruturas de concreto), ABNT NBR 8800 (estruturas metálicas) e demais normas de fundações e carregamentos.
- ✓ **Auditar a Metodologia BIM:** Verificar a integridade dos modelos federados, garantindo a extração de quantitativos precisos e a ausência de conflitos geométricos (clash detection) entre os elementos estruturais.
- ✓ **Reduzir Riscos e Custos:** Evitar aditivos contratuais e paralisações de obra decorrentes de erros de projeto identificados apenas durante a fase de execução.

Busca-se, ainda, avaliar a adequação da concepção estrutural, das premissas adotadas, da modelagem computacional, dos dimensionamentos nos Estados Limites Últimos e de Serviço, dos critérios de durabilidade e do desempenho estrutural em situação de incêndio, identificando eventuais não conformidades, inconsistências ou riscos técnicos.

Por fim, a contratação objetiva mitigar riscos técnicos e construtivos, reduzir a probabilidade de falhas estruturais, retrabalhos ou intervenções corretivas durante a execução da obra, e assegurar ao Contratante a confiabilidade, a qualidade técnica e a segurança estrutural do empreendimento antes do início da fase construtiva.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

3. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

Os eventos ou atividades deverão ser executados de acordo com normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sempre em suas últimas revisões, dentro de cada particularidade, no entanto, prevalecendo sempre os termos desta especificação.

Para os itens não abrangidos pelas normas da ABNT e, onde forem omissos nesta especificação, a CONTRATADA poderá adotar normas pertinentes ao assunto de instituições nacionais e internacionalmente reconhecidas, devendo indicar explicitamente as utilizadas. No entanto, a aceitação final ficará sempre a cargo do CONTRATANTE.

Assim como deverão ser respeitados os preceitos normativos, deverão ser atendidas legislações vigentes no que couber.

Normas aplicáveis:

ABNT NBR 6118:2023 – Estruturas de Concreto;

ABNT NBR 6120 – Ações para o cálculo de estruturas;

ABNT NBR 6122 – Projeto e execução de fundações;

ABNT NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas;

ABNT NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e mistas;

ABNT NBR 14432:2001 – Estabelece os requisitos gerais para o Tempo Requerido de Resistência ao Fogo (TRRF) para elementos construtivos de edificações;

ABNT NBR 15200:2012 – Trata do projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio, estabelecendo critérios de dimensionamento e requisitos específicos;

ABNT NBR 14323:2013 – Dispõe sobre o dimensionamento de estruturas de aço em situação de incêndio;

ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto): Requisitos gerais para execução de estruturas de concreto, incluindo as protendidas e com fibras.

ABNT NBR 7197 (Projeto de estruturas de concreto protendido): Norma específica para o projeto dessas estruturas.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A auditoria técnica incidirá sobre uma área total construída de 9.374,52 m²:

4.1. Edificação Principal

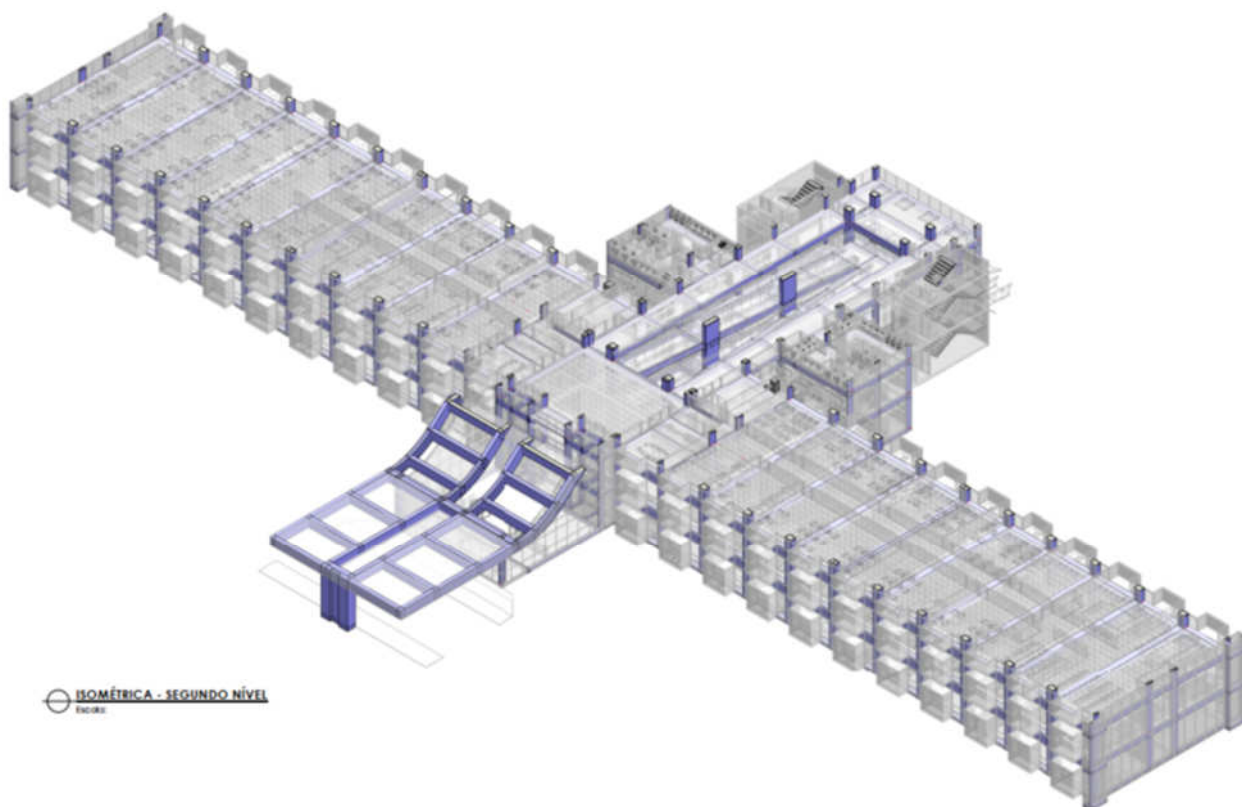
O empreendimento é composto por dois blocos administrativos com **03 pavimentos cada**, interligados por uma **esplanada com 03 pavimentos**, totalizando:

- Área total construída da sede: **9.374,52 m²**;
- Área total edificada no prédio principal: **8.105,44 m²**, distribuída em:
 - Térreo: **2.629,97 m²**;
 - Nível 01: **2.629,97 m²**;



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

- Nível 02: **2.845,50 m²**.



4.2. Edificações Anexas

Área total das edificações anexas: 1.269,08 m², compreendendo:

- Pórtico principal: 177,08 m²;
- Sala dos motoristas: 66,00 m²;
- Abrigo de gás: 9,66 m²;
- Vagas cobertas: 375,52 m²;
- Casa de apoio ETE: 28,67 m²;
- Reservatório elevado: 107,61 m²;
- Cisternas: 224,59 m²;
- Poço coletor: 34,75 m²;
- Canil: 33,41 m²;
- Acesso de serviço: 10,79 m²;
- Cabine de medição: 28,98 m²;
- Depósito de lixo: 19,04 m²;



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

- Estação de Tratamento de Esgoto – ETE: 152,98 m².

4.3. Características Estruturais Relevantes

- **Fundações profundas tipo hélice contínua** na edificação principal, pórtico principal e reservatório elevado;
- **Fundações diretas** nas demais edificações anexas;
- Estrutura de **concreto armado convencional** na maioria dos elementos estruturais da edificação principal e edificações anexas;
- Utilização de **concreto protendido** em vigas e lajes para vencer vãos de aproximadamente 15,70 m;
- Existência de **estrutura metálica** na cobertura da esplanada para suporte de claraboia em vidro;
- Projetos estruturais desenvolvidos integralmente em **metodologia BIM**.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Em atendimento ao disposto no item 5.3 da ABNT NBR 6118:2023 – Projeto de Estruturas de Concreto, torna-se necessária a contratação de empresa ou profissional especializado para a realização da Avaliação Técnica de Projeto (ATP), com a finalidade de obter a avaliação de conformidade técnica e normativa dos projetos de estruturas de concreto armado, concreto protendido, fundações e estruturas metálicas da construção do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.

O serviço em questão consiste na Avaliação de Conformidade de Projeto Estrutural, também denominada Auditoria, Verificação ou Controle de Qualidade de Projeto (CQP), cujo objetivo central é assegurar a segurança estrutural, a qualidade técnica e a confiabilidade do empreendimento. Tal garantia é alcançada por meio da análise técnica rigorosa e imparcial dos projetos, visando à identificação de eventuais falhas de concepção, erros de cálculo, inconsistências de modelagem ou não conformidades com as normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR 6118:2023. A identificação e mitigação desses riscos ainda na fase de projeto contribuem significativamente para a redução da probabilidade de falhas estruturais, colapsos e acidentes, além de minimizar retrabalhos e correções dispendiosas durante a execução da obra.

A Recomendação ABECE nº 002:2015 estabelece os procedimentos mínimos exigíveis para a Avaliação Técnica de Projetos de Estruturas de Concreto, abrangendo estruturas simples, armadas e protendidas, com o objetivo de garantir o atendimento aos requisitos de segurança, desempenho em serviço, durabilidade e qualidade técnica, conforme preconizado pela ABNT NBR 6118:2023. Referida recomendação orienta que a ATP seja realizada, preferencialmente, antes do início da construção, idealmente em paralelo à fase de desenvolvimento do projeto, sem prejuízo de sua aplicação em outras fases do ciclo de vida da edificação.

Conforme a ABECE 002:2015, o Avaliador Técnico deve ser profissional legalmente habilitado, independente do projetista original e com experiência comprovada em projetos Especificações Técnicas e Normas de Execução – Avaliação Técnica de Projetos – Projeto Estrutural do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

estruturais de complexidade compatível, sendo sua escolha de responsabilidade do Contratante. O escopo da ATP não contempla a análise de economicidade da estrutura, concentrando-se na verificação da concepção estrutural, da modelagem e análise estrutural, das ações e combinações adotadas, das verificações nos Estados Limites Últimos (ELU) e de Serviço (ELS), bem como da representação técnica dos projetos, incluindo desenhos, memoriais e especificações.

Dessa forma, a contratação da Avaliação Técnica de Projeto das estruturas de concreto armado, protendido, fundações e estruturas metálicas do edifício sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA configura-se como medida proativa de gestão de riscos e de controle da qualidade, indispensável para assegurar que o projeto estrutural atenda plenamente aos requisitos de segurança, desempenho e durabilidade, conforme as exigências normativas vigentes. A atuação antecipada de um avaliador técnico independente contribui para a mitigação de erros e conflitos técnicos, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas durante ou após a execução da obra e assegurando ao Contratante a conformidade técnica e a qualidade final do empreendimento.

6. ESCOPO DOS SERVIÇOS

6.1. Avaliação de Conformidade Normativa

Verificação da aderência dos projetos às normas técnicas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a:

- ABNT NBR 6118:2023 – Estruturas de Concreto;
- ABNT NBR 6120 – Ações para o cálculo de estruturas;
- ABNT NBR 6122 – Projeto e execução de fundações;
- ABNT NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas;
- ABNT NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e mistas;
- ABNT NBR 14432:2001 – Tempo Requerido de Resistência ao Fogo (TRRF);
- ABNT NBR 15200:2012 – Estruturas de concreto em situação de incêndio;
- ABNT NBR 14323:2013 – Estruturas de aço em situação de incêndio;
- ABNT NBR 10789: Especifica a execução da protensão em concreto protendido com aderência posterior.
- ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto): Requisitos gerais para execução de estruturas de concreto, incluindo as protendidas e com fibras.
- ABNT NBR 7197 (Projeto de estruturas de concreto protendido): Norma específica para o projeto dessas estruturas.
- ABNT NBR 7482 (Fios de aço para estruturas de concreto protendido): Especificações para os materiais (fios).
- Normas complementares correlatas.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

6.2. Avaliação Técnica dos Projetos Estruturais

Análise crítica, técnica e independente, em ambiente BIM, dos seguintes documentos:

1. Critérios e premissas de projeto estrutural;
2. Memorial descritivo das estruturas;
3. Modelos computacionais de análise estrutural;
4. Memórias de cálculo;
5. Desenhos técnicos (formas, armações, detalhes construtivos e metálicos);
6. Especificações técnicas construtivas;
7. Planilhas de quantitativos (PQ);
8. Análise do Tempo Requerido de Resistência ao Fogo (TRRF);
9. Compatibilidade entre critérios de TRRF e soluções estruturais adotadas;
10. Coerência entre modelos BIM e soluções de proteção passiva contra incêndio.

6.3. Verificações Estruturais

- Avaliação da concepção e modelagem estrutural;
- Conferência de carregamentos e combinações de ações;
- Verificação dos Estados Limites Últimos (ELU);
- Verificação dos Estados Limites de Serviço (ELS);
- Avaliação dos critérios de durabilidade e vida útil de projeto;
- Verificação das estruturas protendidas;
- Verificação das fundações;
- Avaliação das estruturas metálicas.

6.4. Avaliação Estrutural em Situação de Incêndio

A ATP deverá contemplar:

- Atendimento ao TRRF conforme ABNT NBR 14432:2001;
- Compatibilidade com o PPCI e exigências do CBM/PA;
- Avaliação dos dimensionamentos das estruturas de concreto em incêndio (ABNT NBR 15200:2012);
- Avaliação dos dimensionamentos das estruturas metálicas em incêndio (ABNT NBR 14323:2013);



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

- Análise da necessidade e adequação das medidas de proteção passiva contra incêndio;
- Compatibilização BIM das soluções de resistência ao fogo;
- Compatibilização entre o projeto estrutural, o projeto de prevenção e combate a incêndio e os modelos BIM;
- Registro de não conformidades e recomendações técnicas.

6.5. Diretrizes conforme a RECOMENDAÇÃO ABECE 002:2015

A ATP deverá observar:

- Independência técnica do avaliador;
- Análise das premissas e critérios de projeto;
- Avaliação da concepção estrutural;
- Análise da modelagem estrutural;
- Verificação de ELU, ELS e durabilidade;
- Análise da representação técnica;
- Registro formal de não conformidades;

6.6. Diretrizes para revisão e compatibilização BIM

A presente especificação técnica estabelece critérios para a revisão de projetos em BIM nas disciplinas de estruturas e fundações, abrangendo as fases de projeto básico e executivo. O objetivo é assegurar a qualidade técnica, a compatibilidade entre disciplinas, a construtibilidade e a conformidade com normas vigentes e diretrizes BIM (vide diretrizes BIM RFB), incluindo o atendimento ao Plano de Execução BIM (BEP) e aos níveis de desenvolvimento (LOD) exigidos para cada etapa.

A revisão deve contemplar a análise dos modelos BIM estruturais e de fundações, bem como de toda a documentação associada, como pranchas, memoriais de cálculo, especificações técnicas e quantitativos. Deve-se verificar a coerência geométrica dos elementos, o correto posicionamento em relação a eixos e níveis, a padronização de nomenclaturas e o uso adequado de objetos paramétricos, além da consistência das informações inseridas no modelo.

No que se refere à compatibilização, a revisão deve identificar interferências entre as disciplinas, especialmente entre estrutura, fundações, arquitetura e instalações, por meio de processos de detecção de conflitos. Também deve ser avaliada a aderência do modelo estrutural aos critérios de dimensionamento e aos memoriais de cálculo, incluindo verificação de carregamentos, combinações de ações e soluções adotadas. Para fundações, deve-se analisar a compatibilidade com dados geotécnicos, a adequação da tipologia adotada e aspectos como capacidade de carga e recalques.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

A documentação técnica deve ser conferida quanto à consistência com o modelo BIM, incluindo detalhamentos, cortes e representações de armaduras, garantindo clareza e completude para execução. Os quantitativos extraídos do modelo devem ser verificados quanto à coerência com planilhas orçamentárias, assegurando precisão nos volumes de concreto, consumo de aço e demais insumos.

Adicionalmente, a revisão deve considerar aspectos de construtibilidade, avaliando a viabilidade executiva das soluções propostas, incluindo sequência construtiva, acessos e métodos de execução. Também deve ser verificado o atendimento aos padrões de classificação, preenchimento de parâmetros e organização das informações conforme definido no BEP.

O processo de revisão envolve o recebimento e validação dos modelos, análise técnica disciplinar, compatibilização multidisciplinar e emissão de relatórios com identificação e classificação de inconsistências em níveis crítico, moderado ou informativo. Como resultado, devem ser entregues relatórios técnicos, registros de interferências e parecer conclusivo sobre a conformidade do projeto.

O projeto será considerado aprovado quando não houver pendências críticas, as inconsistências identificadas forem devidamente tratadas e o conjunto de modelos e documentos estiver completo, coerente e aderente aos requisitos estabelecidos. A responsabilidade pela revisão cabe à equipe técnica independente, enquanto os projetistas devem promover as correções necessárias, garantindo a qualidade final do projeto.

Ao término do processo de revisão do projeto e do modelo estrutural parametrizado em BIM, deverá ser realizada a extração dos quantitativos diretamente do modelo tridimensional, com posterior confronto entre os valores obtidos e aqueles previstos na planilha orçamentária de referência. Essa verificação tem por finalidade assegurar a consistência entre o modelo BIM e os custos estimados, identificando eventuais divergências que possam impactar o planejamento e a execução da obra.

A etapa de compatibilização deverá abranger a identificação de inconsistências entre as informações geométricas e os dados paramétricos do modelo tridimensional, bem como sua coerência com os demais produtos entregues pela contratada, incluindo pranchas, especificações técnicas e quantitativos. Deve-se garantir que todas as representações estejam alinhadas, evitando discrepâncias entre o modelo e a documentação associada.

A compatibilização multidisciplinar deverá ser realizada preferencialmente com o uso de ferramentas específicas, como o software Autodesk Navisworks, com a emissão de relatório de detecção de interferências (clash detection) entre as disciplinas de estruturas, arquitetura e instalações (MEP). O foco da análise deve recair sobre conflitos relevantes que possam impactar diretamente a execução da obra, tais como interferências físicas críticas e incompatibilidades construtivas. Não deverão ser considerados no relatório os chamados soft clashes, devendo-se priorizar apenas interferências efetivas e significativas.

Na análise de compatibilização do projeto estrutural com as demais disciplinas, deverão ser observadas situações que possam comprometer aspectos essenciais do empreendimento, como segurança estrutural, desempenho funcional, estética, acessibilidade e viabilidade executiva, assegurando que o conjunto de soluções adotadas seja técnica e operacionalmente adequado.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

De modo a realizar a integração com o processo BIM, a contratada deverá dispor de no mínimo 01 licença para acesso CDE (Ambiente Comum de Dados), através do Autodesk Forma, antigo Autodesk Docs, para acessar os documentos de projetos básicos e executivos BIM da construção do edifício sede da RFB em Belém-PA, bem como realizar as transmissões de arquivos entregáveis.

7. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES, PERIODICIDADE E RESPONSÁVEIS

- **Relatório Técnico Final da Avaliação Técnica de Projeto**, contendo análises, não conformidades, recomendações, considerações finais e anexos (arquivos editáveis e não editáveis utilizados nas análises, incluindo arquivos de usos BIM nativos e IFCs);
- **Parecer técnico** conclusivo;
- **ART ou RRT** devidamente registrada em nome de profissional habilitado e com atribuição técnica para a realização do serviço (Engenheiro Civil ou Arquiteto), com nível sênior (preferencialmente).

7.1. ESTRUTURA DO RELATÓRIO FINAL DA ATP

O relatório deverá conter, no mínimo:

1. Identificação do empreendimento e do avaliador;
2. Objetivo e escopo da avaliação;
3. Documentos analisados;
4. Metodologia adotada;
5. Softwares utilizados.
6. Análise técnica detalhada;
7. Revisão e compatibilização dos projetos BIM;
8. Registro das não conformidades e recomendações;
9. Conclusão técnica ou considerações finais.
10. Anexos (ART, arquivos editáveis e não editáveis utilizados nas análises, incluindo arquivos de usos BIM nativos e IFCs)

7.1.1 CRITÉRIO DO ORÇAMENTO

Unidade: Unidade (Un)

O item será medido em unidade, considerando o serviço efetivamente executado, sendo apresentado em meio físico (datado e assinado) e digital, em formato editável e não editável, conforme solicitado.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

A composição analítica desses serviços deverá compreender todas as despesas do fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos, mão de obra, impressões, taxas, ART/RRT e tudo o mais que se fizer necessário para a perfeita execução dos mesmos.

Trata-se de documento técnico com grau de complexidade elevado devendo ser elaborado preferencialmente por profissional de nível sênior.

Quantidade prevista: 01 unidade

7.2. PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO

Ao término da Avaliação Técnica de Projeto (ATP), o profissional técnico responsável pela elaboração do parecer técnico conclusivo deverá consolidar as principais informações conforme abaixo:

1. Objeto da contratação;
2. Número do processo de contratação;
3. Número do contrato;
4. Contratada;
5. Fiscal técnico do contrato;
6. Identificação do empreendimento e do avaliador;
7. Objetivo do parecer técnico;
8. Relação de Documentos analisados;
9. **Quadro resumo** de atendimento às recomendações da ABECE;
10. **Relatório de evolução das soluções das não conformidades;**
11. **Conclusão, contendo assinatura do responsável técnico.**

O Parecer Conclusivo deverá ser emitido com base na análise técnica do Relatório Final apresentado pelo Avaliador Técnico, classificando o documento em uma das situações a seguir, de forma clara, objetiva e devidamente fundamentada:

➤ RP – REPROVADO

Classificação atribuída quando a análise realizada pela fiscalização da Administração constatar que o Relatório Final da Avaliação Técnica de Projeto, ou parte significativa do conteúdo avaliado, encontra-se em desacordo com as premissas adotadas, com os critérios de projeto ou com as normas técnicas aplicáveis.

Nessa condição, o documento não atende aos requisitos técnicos mínimos exigidos, devendo ser integralmente revisado, corrigido e reemitido, com a devida eliminação das não conformidades identificadas, para posterior submissão a nova análise e deliberação da Administração.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

➤ **AC – APROVADO COM RESTRIÇÕES**

Classificação atribuída quando a análise realizada pela fiscalização da Administração identificar que o Relatório Final da Avaliação Técnica de Projeto atende aos requisitos técnicos essenciais, porém apresenta inconsistências formais, lacunas pontuais, ajustes de apresentação, complementações técnicas ou adequações documentais que não comprometem a segurança estrutural, mas exigem correção.

Nessa situação, o documento deverá ser revisado e reemitido, contemplando integralmente as correções e ajustes indicados, para fins de aprovação definitiva, sem necessidade de reavaliação completa do mérito técnico, salvo se explicitamente determinado pela fiscalização.

➤ **AP – APROVADO**

Classificação atribuída quando a análise realizada pela fiscalização da Administração constatar que o Relatório Final da Avaliação Técnica de Projeto está plenamente de acordo com as premissas estabelecidas, com os critérios adotados e com as normas técnicas vigentes, não sendo identificadas não conformidades ou pendências técnicas relevantes.

Nessa condição, o documento é considerado tecnicamente satisfatório, estando formalmente aprovado, apto a subsidiar as etapas subsequentes do empreendimento, sem necessidade de revisões adicionais.

7.1.2 CRITÉRIO DO ORÇAMENTO

Unidade: Unidade (Un)

O item será medido em unidade, considerando o serviço efetivamente executado, sendo apresentado em meio físico (datado e assinado) e digital, em formato editável e não editável, conforme solicitado.

A composição analítica desses serviços deverá compreender todas as despesas do fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos, mão de obra, impressões, taxas, ART/RRT e tudo o mais que se fizer necessário para a perfeita execução dos mesmos.

Trata-se de documento técnico com grau de complexidade elevado devendo ser elaborado preferencialmente por profissional de nível sênior.

Quantidade prevista: 02 unidades, aproximadamente.

7.3. QUADRO-RESUMO DE ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO ABECE Nº 002:2015

O **Parecer conclusivo** deverá conter quadro-resumo de atendimento aos requisitos da Recomendação ABECE nº 002:2015, de forma a permitir a rastreabilidade das análises realizadas e facilitar a fiscalização técnica do contrato.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

Item	Item ABECE 002:2015	Descrição do Requisito	Docu- mento/Seção do Relatório	Situação (Atende / Não Atende / Parcial)	Observações
1	Independência do avaliador	Avaliador sem vínculo com o projetista	Seção 6.1		
2	Premissas de projeto	Vida útil, CAA, ações e combinações	Seção 6.5		
3	Concepção estrutural	Sistema resistente e estabilidade global	Seção 6.5		
4	Modelagem estrutural	Adequação dos modelos computacionais	Seção 6.5		
5	ELU	Verificação da capacidade resistente	Seção 6.5		
6	ELS	Verificação de deslocamentos e fissuração	Seção 6.5		
7	Durabilidade	Cobrimentos e proteção das armaduras	Seção 6.5		
8	Situação de incêndio	TRRF e dimensionamento em incêndio	Seção 6.5		
9	Representação técnica	Clareza e consistência dos desenhos	Seção 6.5		
10	Registro de não conformidades	Classificação e recomendações	Seção 6.6		



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

11	Parecer conclusivo	Conclusão técnica fundamentada	Seção 6.7		
----	--------------------	--------------------------------	-----------	--	--

Este quadro deverá ser integralmente preenchido, permitindo a rastreabilidade das análises realizadas e a verificação objetiva do atendimento às diretrizes da Recomendação ABECE nº 002:2015.

7.4. RELATÓRIO DA EVOLUÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES

O **Parecer conclusivo** deverá conter relatório da evolução das não conformidades identificadas no Relatório de ATP.

Tabela exemplificativa, contendo as informações mínimas:

REGISTRO DE NÃO CONFORMIDADES						
IDENTIFICAÇÃO				DISPOSIÇÃO (RESOLUÇÃO)		
ITEM	DATA	NÃO CONFORMIDADE	QUEM	AÇÃO TOMADA	QUEM	DATA SOLUÇÃO
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						

7.5. QUADRO-RESUMO DE CONCLUSÃO

O **Parecer conclusivo** deverá conter quadro-resumo de conclusão e deverá conter a descrição de todas as análises e comentários que demonstrem as razões das reprovações ou restrições em cada documento.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal
Divisão de Programação de Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

Quadro exemplificativo, contendo as informações mínimas:

ITEM	PROJETO/ DOCUMENTO TÉCNICO	VERSÃO	AP	AR	RE
1	Projeto - Concepção				
2	Projeto - Planta baixa				
3	Projeto - Cortes				
4	Projeto - Detalhes				
5	Projeto - Clareza e consistência dos desenhos				
6	Projeto - Quantitativo				
7	Memorial de Cálculo - ELU				
8	Memorial de Cálculo - ELS				
9	Memorial de Cálculo - Durabilidade e vida útil				
10	Memorial de Cálculo - Situação de incêndio				
11	Especificações Técnicas				
12	Memorial Descritivo				
13	Modelo tridimensional parametrizado – Revisão geral				
14	Modelo tridimensional parametrizado – Compatibilização geral				
15	Modelo tridimensional parametrizado – Quantitativos				

AP – Aprovado / AR - Aprovado com Restrições / RE – Reprovado

7.6. CRONOGRAMA

O cronograma contendo a relação de documentos, seus respectivos prazos e responsáveis estão descritos de forma sucinta no quadro abaixo.

CRONOGRAMA (dias após emissão da ordem de serviço)							
ITEM	DOCUMENTO TÉCNICO	30	45	75	95	120	RESPONSÁVEL
1	Relatório de ATP, ART e anexos	X					Profissional ATP
2	Parecer técnico - Versão 01	X					Profissional ATP
3	Aprovação do Parecer técnico de ATP pela Fiscalização Técnica		X				Fiscalização Técnica RFB
4	Reunião para repasse do relatório e parecer técnico ao projetista		X				Todos envolvidos
5	Retificações pela empresa projetista			X			Projetista

Especificações Técnicas e Normas de Execução – Avaliação Técnica de Projetos – Projeto Estrutural do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

6	Reuniões para apresentação das soluções do projetista			X			Todos envolvidos
7	Parecer técnico - Versão 02				X		Profissional ATP
8	Aprovação do Parecer técnico Final de ATP pela Fiscalização Técnica					X	Fiscalização Técnica RFB

7.7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro contendo o percentual correspondendo a cada etapa e seus respectivos prazos estão descritos de forma sucinta no quadro abaixo:

CRONOGRAMA (dias após emissão da ordem de serviço)							
ITEM	DOCUMENTO TÉCNICO	30	45	75	95	120	PERCENTUAL DE PAGAMENTO
1	Relatório de ATP, ART e anexos	20%					1ª ETAPA (40% DO VALOR TOTAL DA PROPOSTA)
2	Parecer técnico - Versão 01	20%					
3	Aprovação do Parecer técnico de ATP pela Fiscalização Técnica		X				
4	Reunião para repasse do relatório e parecer técnico ao projetista		X				
5	Retificações pela empresa projetista			X			2ª ETAPA (60% DO VALOR TOTAL DA PROPOSTA)
6	Reuniões para apresentação das soluções do projetista			X			
7	Parecer técnico - Versão 02				60%		
8	Aprovação do Parecer técnico Final de ATP pela Fiscalização Técnica (Recebimento Definitivo do Objeto)					X	

A 1ª Etapa terá o prazo de 30 dias consecutivos da emissão da ordem de serviço e corresponde aos serviços de análise de todos os projetos, bem como atender o escopo previsto no item 6 e 7 deste documento.

Especificações Técnicas e Normas de Execução – Avaliação Técnica de Projetos – Projeto Estrutural do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

Os produtos da 1ª Etapa a serem entregues são:

- O Relatório de ATP, ART e anexos, que corresponde a 20% do valor global da proposta adjudicada.
- O Parecer Técnico – Versão 01 que corresponde a 20% do valor global da proposta adjudicada.

O pagamento da 1ª etapa será realizado após a aprovação dos documentos técnicos entregues e corresponde ao total de 40% do valor global da proposta adjudicada.

A 2ª Etapa terá o prazo de 20 dias consecutivos da formalização da entrega das retificações dos projetos estruturais analisados na 1ª etapa.

Os produtos da 2ª Etapa a serem entregues são:

- O Parecer Técnico – Versão 02 que corresponde a 60% do valor global da proposta adjudicada.

O pagamento da 2ª etapa será realizado após a aprovação dos documentos técnicos entregues e corresponde ao total de 60% do valor global da proposta adjudicada.

Por se tratar de serviço técnico especializado e de modo a otimizar os custos da Administração, recomenda-se que o recebimento provisório seja substituído pelo recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo da qualidade do produto a ser entregue, sendo recomendado que aprovação dos produtos entregues seja realizado pelos fiscais titular e substituto simultaneamente.

O prazo de execução efetiva do contrato corresponderá aos prazos abaixo:

- 1ª Etapa: 30 dias; e
- 2ª Etapa: 20 dias.

O prazo de execução será intercalado pelas atividades de aprovações da Fiscalização, reuniões de repasse e retificações do projetista.

O prazo de vigência sugerido é de 200 dias consecutivos contados da assinatura do contrato.

O Parecer técnico versão 02 somente será emitido após a solução de todas as pendências assinadas no Relatório de ATP e Parecer técnico - Versão 01, que deverão ser apresentadas durante as reuniões com a equipe técnica da empresa projetista. As reuniões serão definidas pela fiscalização técnica do contrato de ATP.

8. PARTICIPAÇÕES NAS REUNIÕES

A empresa contratada deverá assegurar a participação efetiva de seu responsável técnico ao longo de todo o processo de revisão, preferencialmente um Engenheiro Civil Sênior com comprovada experiência em estruturas de concreto armado, concreto protendido, fundações e estruturas metálicas. Alternativamente, poderá designar equipe técnica qualificada, desde que devidamente coordenada pelo responsável técnico, para participação em todas as reuniões necessárias ao repasse de informações, esclarecimento de dúvidas e alinhamento técnico, bem



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

como nos encontros destinados à resolução integral das pendências apontadas nos relatórios e no parecer técnico.

Essa participação deverá ocorrer de forma contínua e proativa, garantindo agilidade na tomada de decisões, precisão nas respostas técnicas e efetiva implementação das correções requeridas. Espera-se que a equipe técnica atue de maneira colaborativa com os demais agentes do projeto, contribuindo para a mitigação de riscos, a melhoria da qualidade das soluções adotadas e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Adicionalmente, a contratada deverá garantir que todas as contribuições realizadas durante as reuniões sejam devidamente registradas, consolidadas e refletidas nas atualizações do modelo BIM e da documentação associada. O responsável técnico deverá validar formalmente as revisões executadas, assegurando a consistência técnica das soluções adotadas e a rastreabilidade das alterações realizadas até a aprovação final do projeto.

9. OBSERVAÇÕES GERAIS

A empresa contratada deverá dispor de instalações adequadas, aparelhamento compatível e equipe técnica qualificada em quantidade suficiente para assegurar o pleno desempenho dos serviços, em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela contratante. As condições operacionais deverão garantir produtividade compatível com o cronograma contratual, sendo imprescindível que a equipe possua experiência e capacitação técnica para execução das atividades com eficiência, minimizando retrabalhos. Deverá ser assegurada, no mínimo, a composição da equipe técnica prevista nesta especificação, podendo ser complementada por profissionais de apoio e por equipe multidisciplinar, quando necessário, todos devidamente habilitados e atuando em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e boas práticas de engenharia.

A contratada deverá disponibilizar equipamentos e softwares atualizados e compatíveis com o nível de exigência dos serviços, assegurando plena interoperabilidade com os arquivos BIM produzidos pela empresa projetista e utilizados pela fiscalização técnica da contratante. As ferramentas adotadas deverão permitir a manipulação, análise, compatibilização e validação dos modelos digitais, garantindo a integridade das informações ao longo de todo o processo.

Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão comprovar experiência prévia compatível com o objeto da contratação, especialmente no desenvolvimento e revisão de projetos utilizando a metodologia BIM, atendendo integralmente às exigências de qualificação técnica estabelecidas no edital e seus anexos.

A Avaliação Técnica do Projeto (ATP) deverá ser conduzida como parte integrante dos usos do BIM, sempre que aplicável, considerando todas as premissas, condicionantes e soluções adotadas nos projetos elaborados pela empresa projetista. Esse processo deverá estar alinhado à metodologia BIM, integrando-se ao Ambiente Comum de Dados (CDE) já implementado, preferencialmente por meio de plataformas como o Autodesk Forma, evitando-se a adoção de procedimentos paralelos não integrados ao fluxo BIM, salvo mediante justificativa técnica formalmente aceita.

A contratada poderá estruturar sua equipe técnica de forma a atender integralmente ao escopo contratual, devendo indicar responsável técnico pela Avaliação Técnica do Projeto (ATP), Especificações Técnicas e Normas de Execução – Avaliação Técnica de Projetos – Projeto Estrutural do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil em Belém/PA.



Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal

Divisão de Programação de Logística – DIPOL

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG

com experiência comprovada conforme critérios de qualificação técnica. A comprovação deverá ser realizada por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes, a serem previamente apresentados e aprovados pela fiscalização técnica.

Adicionalmente, a contratada deverá assegurar a adequada gestão, organização e rastreabilidade de todos os dados e informações produzidos ao longo das atividades, garantindo consistência entre versões, controle de revisões e aderência aos fluxos definidos no CDE. Esse controle é fundamental para assegurar transparência, confiabilidade das informações e suporte às etapas subsequentes do empreendimento.

Por fim, a contratada deverá se comprometer a entregar e ceder integralmente todos os produtos gerados no âmbito das atividades contratadas, incluindo modelos tridimensionais parametrizados, arquivos digitais, relatórios e demais documentos técnicos. O autor deverá ceder os direitos patrimoniais relativos a esses produtos à Administração Pública, em conformidade com o artigo 93 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o pleno uso, reprodução e eventual adaptação dos materiais produzidos.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram indicados os profissionais, os produtos a serem entregues para a contratação conforme o grau de complexidade exigido em cada atividade prevista neste objeto.

Deverão ser considerados nos custos da contratada, todos insumos que darão suporte ao desenvolvimento das atividades para atendimento das entregas solicitadas e não previstas em planilha orçamentária, de modo que estas entregas estejam contempladas nos tempos previstos no cronograma de entregas.

O modo de execução contratual é o de empreitada por preço global, pois havendo a efetiva entrega dos produtos solicitado nas etapas, sendo este aprovado pela Fiscalização, será encaminhado para pagamento através de Boletim de Medição Mensal, em conformidade com a previsão da planilha orçamentária.

A contratada deverá se ater às Diretrizes BIM da RFB, aos indicadores contidos no IMR – Instrumento de Medição de Resultado, para o controle de qualidade do contrato e nos requisitos previstos na Matriz de Risco, a fim de sanar eventuais situações controversas.

Marabá-PA, 24 de abril de 2026.

Assinado e datado digitalmente

Josiel Jarony Tavares do Nascimento

Engenheiro

SIAPE 17600-1123561